



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**SENHOR PRESIDENTE;  
SENHORES VEREADORES:**

**REQUERIMENTO Nº**

**243/20**



Inúmeros servidores têm nos procurado informando que o Governo suspendeu, nos casos de trabalho em dias alternados, o pagamento do adicional de insalubridade.

Não bastasse o não pagamento, segundo os servidores, o Governo sequer avisou que o adicional seria cortado.

Conforme prevê a legislação municipal, o fato que assegura ao servidor o direito ao recebimento do adicional de insalubridade é a exposição a agentes nocivos à saúde, independentemente do número de dias em que estiver exposto.

Cortar o pagamento do adicional cujo fato gerador do direito é a exposição a risco de lesão à saúde, em plena maior crise sanitária dos últimos cem anos, é um profundo desrespeito à lei e a lógica.

Diante do exposto, é que **REQUEIRO** à Mesa depois de ouvido o douto plenário, seja enviado ofício ao Prefeito Alberto Mourão para que responda:

1) O seu Governo cortou ou suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade para servidores que estão trabalhando em regime de dias alternados? Caso afirmativo, com base em que legislação?

2) Sabendo que o COVID 19 pode causar lesões permanentes em razão de trombose, afetando permanentemente o sistema neurológico, pulmões, rins e coração, os servidores que forem contaminados pelo Corona vírus, no ambiente de trabalho ou no transporte coletivo, terão assegurado o direito à Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT?

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 04 de agosto de 2020.

  
**JANAINA BALLARIS  
VEREADORA**